

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas e Clientes,
Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao exercício de 2018, elaborado em conformidade aos padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - BCen e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o ano de 2018. Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banparab.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessadas as demonstrações financeiras, notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Braselino Carlos Assunção Sousa da Silva
Diretor-Presidente

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE 2018

O Banco do Estado do Pará S/A - Banpará, sociedade anônima de capital misto, com ações ordinárias sob código BPAR3, anuncia seus resultados para o ano de 2018. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banco, no endereço ri.banparab.br.

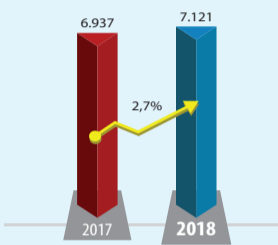
Destaques 2018

Lucro Líquido - R\$ mil



Como resultado dos negócios do ano de 2018, o lucro líquido foi de R\$ 308.234 mil, 19% superior ao lucro líquido registrado no ano de 2017 representando um lucro líquido por ação de R\$ 32,38.

Ativo Total - R\$ milhões



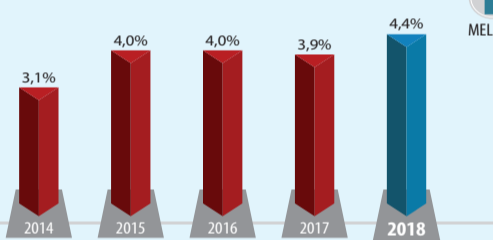
O Banpará encerrou o ano de 2018 com Ativos Totais no montante de R\$ 7.121.290 mil, expansão de 2,7% em relação ao mesmo período de 2017, que foi de R\$ 6.937.364 mil. Esse crescimento foi motivado pelas Operações de Crédito, que registraram R\$ 4.237.605 mil, um aumento de 10,4% em relação a 2017 (R\$ 3.837.011 mil).

Patrimônio Líquido - R\$ milhões



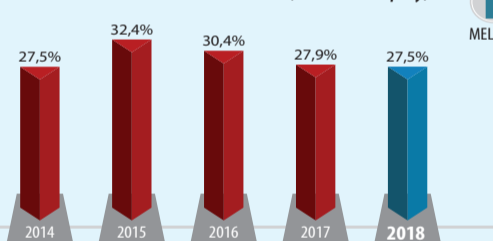
O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 1.217.292 mil, aumentando 18,8% em relação ao final 2018.

Retorno Sobre os Ativos - ROA (Return On Assets)



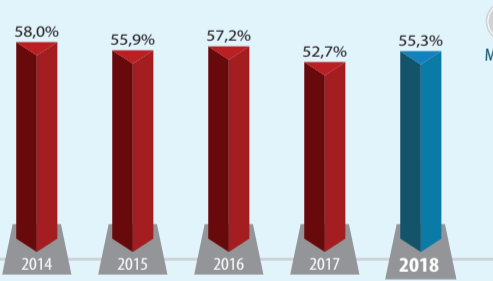
O índice de retorno sobre os ativos médios (ROA) alcançou 4,4%.

Retorno Sobre o Patrimônio - ROE (Return On Equity)



O índice de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE) alcançou 27,5%.

Índice de Eficiência



O índice de eficiência alcançou 55,3%.

Itens Patrimoniais - R\$ mil			
	2018	2017	V12M
Ativos Totais	7.121.290	6.937.364	2,65%
Operações de Crédito (Carteira de Crédito)	4.237.605	3.837.011	10,44%
Apl. Interfinanceiras de Liquidez	906.572	1.294.598	-29,97%
Captações Totais	5.016.531	5.447.296	-7,91%
Patrimônio Líquido	1.217.292	1.024.904	18,77%

Itens de Resultado - R\$ mil			
	2018	2017	V12M
Receitas Totais	1.855.572	1.696.989	9,34%
Resultado Bruto da Intermedi. Financeira	1.239.025	1.114.327	11,19%
Resultado Operacional	583.496	419.034	39,25%
Margem Financeira (1)	1.329.644	1.179.607	12,72%
EBITDA (2) (LAJIDA)	610.514	442.799	37,88%
Lucro Líquido	308.324	259.036	19,03%
Receita de Serviços (3)	113.752	92.667	22,75%
Despesas com Provisões (PCLD)*	90.619	65.280	38,82%
Despesas Administrativas (4)	745.317	636.583	17,08%
Margem Líquida (5)	16,62%	15,26%	8,86%
Margem EBITDA (6)	32,90%	26,09%	26,09%

*As despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) ficaram em R\$ 90.619 mil no ano de 2018, superior ao volume registrado no mesmo período do ano anterior.

Índices e Medidas de Eficiência (%)			
	2018	2017	V12M
Inadimplência (% da Carteira) (7)	1,86%	2,00%	-7,0%
Índice de Basileia	24,90%	23,29%	6,9%
Rentabilidade s/ Patrim. Liq. (ROE) (8)	27,50%	29,90%	-8,0%
Índice de Eficiência	55,30%	52,70%	4,9%
Índice de Provisão (9)	3,24%	3,51%	-7,7%
Índice de Cobertura (10)	27,18%	28,20%	-3,6%

- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (2) Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
- (3) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias
- (4) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas
- (5) Lucro Líquido / Receita Total.
- (6) EBITDA / Receita Total.
- (7) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito
- (8) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- (9) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- (10) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.

Ambiente Socioeconômico

Principais Indicadores Macroeconômicos

Principais Indicadores (%)	4T2018	4T2017	4T2016
IPCA (acumulado em 12 meses)	3,75%	2,95%	6,29%
INPC (acumulado em 12 meses)	3,43%	2,07%	6,58%
Taxa Selic Over (a.a) - efetiva	6,40%	7,00%	13,65%
CDI Overnight (a.a) - efetiva	6,40%	6,99%	13,63%
Taxa de Juros TJLP (a.a) - efetiva	6,98%	7,00%	7,50%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Economia Internacional

O cenário econômico internacional manteve perspectiva de crescimento positivo durante o ano de 2018, apesar do Fundo Monetário Internacional (FMI) ter revisado no último trimestre em -0,2 p.p. a estimativa de aumento do PIB mundial. A nova previsão do Fundo publicada no World Economic Outlook (WEO) de outubro é que a economia global cresça 3,7% no biênio 2018-2019. A redução da estimativa de crescimento do FMI está associada, dentre outros motivos, às perspectivas mais fracas para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento. O WEO também mostra que a expectativa do FMI para as economias avançadas é de 2,4% e 2,1% para 2018 e 2019, respectivamente. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento a estimativa é de 4,7% para o mesmo biênio. Já para a Ásia Emergente a projeção de aumento é de 6,5% em 2018 e 6,3% em 2019.

Economia Nacional

No cenário nacional, a expectativa do Banco Central do Brasil (BC) publicada no Relatório de Inflação de dezembro para o PIB da economia brasileira foi revista em -0,1 p.p. passando de 1,4% para 1,3% em 2018. Para o ano de 2019 a projeção do BC foi mantida em 2,4%. O relatório ainda destaca que essa perspectiva está condicionada a um cenário de continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira, notadamente as de natureza fiscal. Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano de 2018 em 3,75%, dentro da meta estabelecida pelo governo federal para o ano (4,5%) e abaixo da estimativa do mercado que girava em torno de 4,09% em meados de setembro. De acordo com a Pesquisa Focus realizada pelo BC, a previsão do mercado para o IPCA está em torno de 4,07% e 4,0% para 2019 e 2020, respectivamente.

Economia Local

No cenário regional, a economia do Pará segue apresentando sinais positivos de retomada do crescimento econômico. De acordo com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPES-PA) o PIB paraense deve apresentar crescimento real em torno de 1,96% em 2018. O índice de atividade econômica regional do Pará (IB-CR-PA) apresentou no mês de outubro de 2018 variação positiva de 3,51% em relação a outubro de 2017 (dados dessa-zonalizados), o que reforça a trajetória de aceleração gradual da economia local. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a produção industrial do Estado cresceu em outubro de 2018 11,79% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi influenciado pelo setor extrativista mineral (minério de ferro), que é a principal commodity exportada pelo Pará.

*World Economic Outlook - relatório trimestral sobre expectativas econômicas, divulgado pelo FMI

Análise das Operações

Ativos

Total de Ativos por Tipo - R\$ mil			
	2018	2017	V12M
Disponibilidades	140.386	139.793	0,42%
Aplicações Financeiras	906.572	1.294.598	-29,97%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	858.781	941.612	-8,80%
Relações Interfinanceiras	422.661	233.025	81,38%
Operações de Créditos	4.100.423	3.702.519	10,75%
Outros Créditos	487.455	462.555	5,38%
Outros Valores e Bens	5.605	5.636	-0,54%
Permanente	199.406	157.626	26,51%
Total	7.121.290	6.937.364	2,65%

A variação no volume das aplicações financeiras no ano 2018, comparado com o ano de 2017, é reflexo das operações comprometidas com título público federal. A maior utilização dos recursos pelo crédito e as mudanças nos depósitos compulsórios proporcionaram a redução nos últimos doze meses de 30%. No total dos ativos não houve oscilação relevante, apresentando um aumento de 2,65% se comparado ao ano anterior.

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras - R\$ mil			
	2018	2017	V12M
Interfinanceiro de Liquidez	906.572	1.294.598	-29,97%
TVM	858.781	941.612	-8,80%
Cotas de Fundo	2.498	2.608	-4,20%
Renda Fixa	433.211	898.002	-51,76%
Compromissadas	651.510	942.592	-30,88%
Compulsório Total	362.066	177.035	104,51%

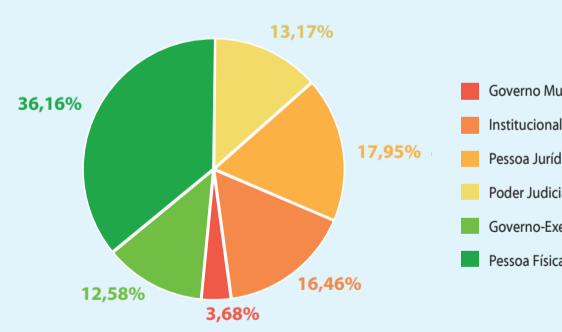
As aplicações financeiras tiveram retração em 2018 em função de mudanças nas regras de direcionamento para investimentos no crédito imobiliário e rural refletindo em um menor valor investido na linha de Renda Fixa.

Captações

Captação por Linha de Produtos - R\$ mil			
	2018	2017	V12M
Depósitos à Vista	510.361	642.204	-20,53%
Poupança	981.999	880.562	11,52%
Depósito à Prazo	3.205.686	3.366.463	-4,77%
Depósito Interfinanceiro	318.485	558.065	-42,93%
LF	190.709	99.088	92,46%
Compromissadas	414.667	33.537	1136,45%
Total	5.621.907	5.579.919	0,75%

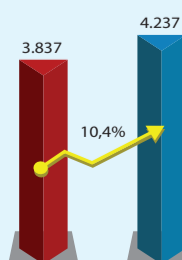
A estrutura das captações proporcionou a manutenção dos níveis de liquidez do Banco em patamar adequado para continuar com a estratégia de expansão dos negócios. O destaque no passivo foi o incremento na linha de captação via emissão de Letra Financeira com crescimento de 92,46% alcançando R\$ 190 milhões. A estrutura do passivo possui na sua composição outras fontes, tais como: depósitos de poupança, depósitos à vista, depósito interfinanceiro, além de operações comprometidas.

Captação Tipo de Cliente (%)



A estratégia de captação leva em consideração também a diversificação dos tipos de clientes. Graficamente demonstra-se que as fontes de captação estão divididas em 6 grupos com destaque para os depósitos de pessoa física que corresponde a 36,16% do total captado. A concentração das captações nos clientes pessoa física traz a vantagem da pulverização dos depósitos, considerando que o ticket médio é menor neste grupo.

Créditos - R\$ milhões

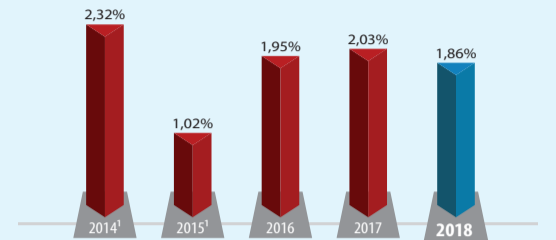


No ano de 2018, as Operações Totais de Crédito alcançaram R\$ 4.237 milhões, 10,4% maior se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco - R\$ mil					
	Milhões		V12M	% Carteira	
	2018	2017		2018	2017
A	4.051.423	3.581.618	13,12%	95,6%	93,3%
B	11.364	13.980	-18,71%	0,3%	0,4%
C	26.057	89.759	-70,97%	0,6%	2,3%
D - H	148.759	151.653	-1,91%	3,5%	4,0%
Total	4.237.604	3.837.011	10,44%	100,00%	100,00%

No ano de 2018, a classificação da carteira de crédito por nível de risco atingiu o montante contábil de R\$4.237 milhões, onde 95,6% dos contratos foram classificação no nível de risco A. Na classificação de risco C, a variação deve-se à melhoria no processo de classificação de risco, que passou a considerar modelo estatístico interno de mensuração de risco.

Índices de Inadimplência - Acima de 90 dias



1- Metodologia de Inadimplência: Somatório do saldo das parcelas em atraso superior a 90 dias até 360 dias.

A redução do índice de inadimplência é reflexo da melhora na qualidade creditícia da carteira.

Análise de Resultados

Receitas

Abertura das Receitas - R\$ mil			
	2018	2017	V12M
Operações de Crédito	1.474.577	1.391.635	5,96%
Res. Apl. Interfin. e Operações com TVM	131.900	160.700	-17,92%
Resultado de Operações de Câmbio	1.994	2.430	-17,94%
Resultado das Aplicações Compulsórias	14.275	9.700	47,16%
Receita de Serviços*	113.752	92.667	22,75%
Outras Receitas Operacionais	117.259	36.697	219,53%
Receitas não Operacionais	1.815	3.160	-42,56%
Total	1.855.572	1.696.989	9,34%

* Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias

As receitas do Banco aumentaram 9,34% em relação a 2017, com destaque no resultado das operações de créditos e outras receitas operacionais.

Custos e Despesas

Custos e Despesas - R\$ mil			
	2018	2017	V12M
Operações de Captação no Mercado	293.011	384.626	-23,82%
Operações de Empréstimo/Repasses	91	232	-60,78%
Provisão para Operações de Crédito	90.619	65.280	38,82%
Total	383.721	450.138	-14,75%

As despesas de intermediação financeira reduziram 14,75% no ano de 2018 em relação a 2017, com fator preponderante nas operações de captação no mercado que registraram uma redução de -23,82% relativo ao período comparado.

Despesa com Pessoal - R\$ mil

	2018	2017	V12M
Proventos	262.399	196.439	33,58%
Benefícios	68.685	52.925	29,78%
Encargos Sociais	79.859	73.471	8,69%
Treinamentos e Outros	7.504	5.979	25,51%
Total	418.447	328.814	27,26%

As despesas com pessoal no ano de 2018 aumentaram 27,26% quando comparado a 2017, com destaque para as despesas com Proventos

Gestão de Capital			
Gestão de Capital - R\$ mil			
	2018	2017	V12M
Patrimônio de Referência	1.104.674	956.372	16,0% ▲
PR Nível I	1.104.674	956.372	16,0% ▲
PR Nível II	0	0	0,0% →
Índice de Basileia	24,92%	23,29%	7,0% ▲
Índice de Basileia Amplo	19,67%	20,84%	-6,0% ▼

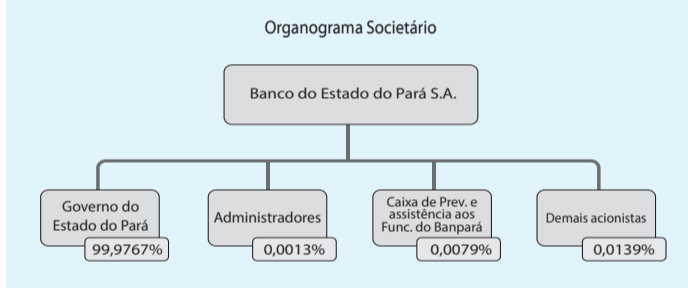
O Patrimônio de Referência do Banpará atingiu em 2018 o montante de R\$ 1.104 milhões, um crescimento de 16%, quando comparado com o ano de 2017. O Índice de Basileia foi de 24,92% em 2018, aumentado em 7% em relação ao ano anterior. O crescimento do PR e IB ocorreu principalmente em função do crescimento sustentável da carteira de crédito e redução das despesas de operações de captação no mercado.

Rating			
STANDARD & POOR'S	(BB-/B) Rating em Escala Global	(brAA+/brA-1+) Rating em Escala Nacional	
MOODY'S	(Ba2/NP) Rating em Escala Global	(Aa3.br/BR-1) Rating em Escala Nacional	

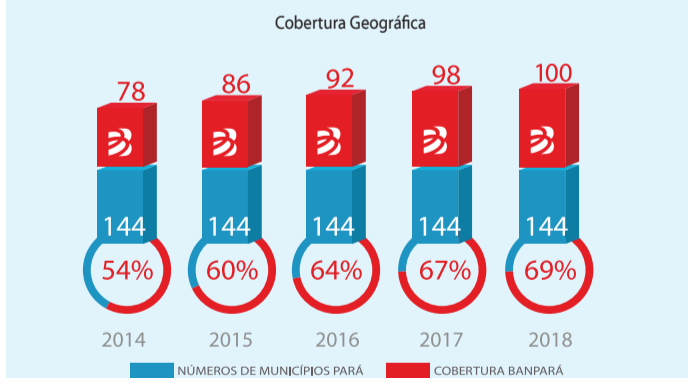
As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco (Agências de Rating) refletem o desempenho operacional e a qualidade da administração da companhia. A Moody's Investors Service, em junho de 2018, elevou o rating do Banpará em escala nacional e reafirmou em escala global, reflexo das operações profundamente enraizadas e crescentes do Banco em seu mercado principal e suas práticas adequadas de governança. A agência de classificação de risco afirmou que o Banpará manteve fortes fundamentos financeiros nos últimos três anos, incluindo alta qualidade de ativos, níveis de capital suficientes e fortes retornos recorrentes. Em outubro, a Moody's reafirmou o rating do Banco em escala em escala nacional e global, estando no mesmo nível do rating soberano do Brasil e, portanto, a perspectiva do rating do Banco é estável, em linha com a perspectiva estável do rating soberano. Em julho desse ano, a Standard & Poor's elevou o rating do Banco em escala nacional e também reafirmou em escala global, resultado da qualidade dos créditos e capacidade geral de honrar com as obrigações financeiras. Em novembro, a S&P reafirmou o rating do Banco em escala em escala nacional e global, destacando que, ao contrário de outros bancos públicos, o Banpará acumulou capital nos últimos cinco anos e sua confortável posição de capital deve apoiar o crescimento dos negócios nos próximos anos. Os relatórios das agências estão disponíveis no site de RI do Banpará (ri.banpara.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Composição Acionária			
Acionista	Total	%	
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	
Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banpará	755	0,0079	
Administradores	133	0,0013	
Outros	1.328	0,0139	
Total	9.521.649	100	

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito a voto. O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do BANPARÁ. Organograma Societário



Canais de Atendimento - Quantidade de Operações			
	2018	2017	V12M
Quantidade de Agências	118	116	1,72% ▲
Quantidades de Postos de Serviços	33	31	6,45% ▲
Terminais ATM Banpará	637	618	2,98% ▲
Terminais ATM Saque e Pague	311	287	7,72% ▲
Operações em Agências	56.834.325	58.577.000	-2,97% ▼
Operações ATM Banpará	17.852.870	19.042.531	-6,24% ▼
Operações Saque e Pague	19.328.920	10.575.803	45,29% ▲
Operações Banco 24h	574.416	651.560	-11,61% ▼
Operações Internet Banking PF	2.384.688	2.465.640	-3,39% ▼
Operações Mobile Banking	4.180.743	2.520.450	39,71% ▲
Operações Internet Banking PJ	1.855.207	1.327.245	28,46% ▲
Operações Internet Banking Governo	466.468	424.750	8,94% ▲



1. NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA: 2018 e 2017

2018						2017					
Região de Integração	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura Banpará					
Marajó	10	21	47,62%	10	21	47,62%					
Rio Caetés	10	29	34,48%	10	29	34,48%					
Tapajós	4	12	33,33%	4	12	33,33%					
Guamá	11	37	29,73%	11	38	28,95%					
Araguaia	11	39	28,21%	11	39	28,21%					
Tocantins	11	39	28,21%	10	40	25,00%					
Baixo Amazonas	12	44	27,27%	12	44	27,27%					
Rio Capim	11	43	25,58%	11	45	24,44%					
Lago de Tucuruí	5	23	21,74%	5	24	20,83%					
Xingu	5	25	20,00%	4	24	16,67%					
Carajás	10	55	18,18%	10	54	18,52%					
Gujaráz	18	145	12,41%	18	148	12,16%					
Total	118	512	23,05%	116	518	22,39%					

1 Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.
2 Destes agrupamento fazem parte cinco distritos municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

2. MARKET SHARE EM RELAÇÃO AO MERCADO - % - NO ESTADO: 2018, 2017 E 2016 (Valores em R\$ mil)

	2018 ¹			2017			2016		
	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share
Depósito a prazo	3.364.038	9.980.233	33,71%	3.366.463	9.371.376	35,92%	2.432.728	7.452.570	32,64%
Depósito à vista	522.831	3.117.765	16,77%	642.204	3.358.731	19,12%	618.872	3.338.280	18,54%
Depósito de poupança	946.913	9.809.948	9,65%	880.562	9.142.134	9,63%	825.400	8.588.345	9,61%
Operações de crédito	4.636.775	25.488.801	18,19%	4.165.074	24.094.043	17,29%	3.881.266	23.536.648	16,49%

¹ Valores com base no mês de Outubro/2018.

Investimentos em Capital Humano

O Banpará, através da Universidade Corporativa - UniBanp, que tem por objetivo consolidar a imagem do Banpará, em seu segmento de atuação, como referência na formação profissional bancária que contribui para a geração de valor para a região e assim promover o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, ofertou no ano de 2018, 2.295 vagas, distribuídas em 161 atividades de capacitação (treinamentos, cursos, seminários, palestras, workshops, congressos) realizados dentro e fora do Estado, na modalidade presencial e EAD. Neste exercício, destacamos os cursos de Integração e capacitação de Novos Bancários, com a realização de 3 (três) turmas, capacitando o total de 307 (trezentos e sete) empregados, Finanças para Bancos, capa-citando 45 (quarenta e cinco) empregados de diversas áreas do Banco, Laboratório de Liderança, capa-citando aproximadamente 300 (trezentos) gestores. O Banco ainda proporciona aos seus empregados, incentivo à educação, através do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará - PDEB, beneficiando 137 (cento e trinta e sete) colaboradores, com ressarcimentos de 50% e 80%, em cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Gerenciamento de Riscos

O Banpará desenvolve o gerenciamento integrado de riscos corporativos e de gestão de Capital, alinhado às melhores práticas adotadas pela indústria financeira e a maximização da rentabilidade dos investidores a partir da melhor combinação possível da aplicação em ativos e uso de capital regulatório, acompanhando a evolução de seu negócio e serviços, visando um processo eficaz. Objetivando a busca constante pelo aprimoramento de sua gestão, possui em sua estrutura de Gestão de Riscos Integrada e de Capital:

- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de riscos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo RWA;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, com os procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição, bem como seu apetite ao risco;
- Procedimentos para apuração do total do RWA, das parcelas que o compõem (RWA/CPAD e RWA/MPAD) e da RBA/N;
- Procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência - PR e dos Adicionais de Capital Principal -ACP;
- Procedimentos para apuração dos Índices de Capital e definição de limites operacionais mínimos;
- Procedimentos para apuração da Razão de Alavancagem - RA;
- Procedimentos para elaboração do Plano de Capital;
- Procedimentos para realização de testes de estresse que considerem eventos severos e condições ex-tremas de mercado e avaliação de seu impacto no capital;
- Análise prévia dos riscos no lançamento de produtos/serviços e de sua adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA;
- Procedimentos para qualificação técnica dos profissionais que atuam nas áreas sujeitas à assunção de riscos.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para identificar, mensurar, monitorar, controlar e mitigar o Banpará estabelece os seguintes procedimentos:

- Realiza a avaliação e a reavaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão de crédito, por meio do Sistema de Avaliação de Risco Crédito de modo a não comprometer a qualidade da carteira de crédito. Além disso, visa reduzir a subjetividade na avaliação de risco, tendo por base a utilização de parâmetros e modelagens previamente definidos;
- Análises do VaR para posições de crédito, que representam a parcela de perda (esperada e inesperada) com um determinado grau de confiança, o qual tem sua origem na volatilidade da probabilidade de inadimplência;
- Realiza acompanhamento da exposição ao risco da carteira de crédito quanto a sua representatividade frente aos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA da Instituição, assim como impactos de legislações e/ou políticas adotadas;
- Reporte periódico e/ou tempestivo ao Comitê de Risco de Crédito e à Diretoria de acompanhamento de toda a carteira de crédito do Banpará, permitindo assim serem verificados pontos de atenção, concentração e também a evolução tanto de forma qualitativa quanto quantitativa;
- Interação com áreas de negócio do Banco no intuito de obter subsídios que possam contribuir para a melhoria da qualidade do risco de crédito dos instrumentos financeiros.

Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de capital é definido pela Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 como processo contínuo: I - monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e, III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco do Estado do Pará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo às recomendações do Comitê de Basileia, assim como aos demais órgãos reguladores.

O gerenciamento de Capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração - CONSAD, pela Diretoria de Controle, Risco, Planejamento e Relações com Investidores - Dirci, pelo Comitê de Planejamento e Orçamento, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos - Nuple, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro - Suris, e por todas demais unidades envolvidas no processo. Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
 - Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
 - Programa de Teste de Estresse;
 - Plano de Cominência de Capital;
 - Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais e anuais) acerca da estrutura de capital ao Comitê de Planejamento/Organização e à Diretoria Colegiada.
- Informações detalhadas sobre a gestão de riscos e da Gestão de Capital, podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no site de Relações com Investidores/Governança Corporativa: ri.banpara.br



Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da Instituição.

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da Instituição, atuando com independência e de forma técnica.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da administração.

Auditoria Independente: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a administração em relação à integridade das demonstrações financeiras.

Auditoria Interna: vinculada ao Conselho de Administração, tem a finalidade de aperfeiçoamento dos controles internos e de monitoramento do cumprimento das normas estabelecidas, sempre alinhada às estratégias da Instituição.

Comitê de Auditoria Estatutário: vinculado ao Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades das empresas de auditoria independente do Banpará, as atividades da auditoria interna e os processos de controles internos e de gestão de riscos e compliance.

Comitê de Elegibilidade: órgão de assessoramento ao Conselho de Administração cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da administração e Conselho Fiscal.

Comitê Remuneração: órgão de assessoramento ao Conselho de Administração cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes.

Ouvidoria: exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos.

Diretoria Colegiada: conduz os negócios do Banco nos limites das atribuições e competências pela Lei, pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração.

Controles Internos e Compliance

A gestão dos controles internos está estruturada tomando por base os principais componentes da metodologia COSO ERM (Enterprise Risk Management). São utilizados instrumentos para identificação dos riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco. Tais riscos são avaliados e respondidos no contexto do apetite a riscos estabelecido pela alta administração, com realização de contínuo monitoramento a fim de resguardar os recursos e buscar diminuir as ocorrências de perdas. Os controles internos do Banpará são testados por meio das avaliações presenciais, bem como, autoavaliações periódicas, cujas fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação. Também há elaboração e ativação de planilhas de ação para a implantação de novos controles ou aprimoramento dos controles já existentes. É realizado o monitoramento do cumprimento das medidas de controles implantadas pelos gestores, com vistas a garantir a manutenção da efetividade e consistência do sistema de controles internos da Instituição. Como forma de aprimoramento dos processos, engajada aos objetivos estratégicos da Instituição, a nova metodologia de avaliação dos controles foi aprovada pela Diretoria e iniciada. A área de Controles Internos revisou 50 macroprocessos, documentando os objetivos e os controles existentes.

O Banpará, pautado no seu compromisso com a sociedade e na integridade de seus atos, de modo a fortalecer a governança corporativa e reputação institucional, a Alta administração aprovou Programa de Compliance, um elemento da estrutura de governança corporativa composto por um conjunto de procedimentos, mecanismos e diretrizes internas, envolvendo todo o Banco e as partes interessadas, constituído com o fim de monitorar, prevenir e tratar possíveis irregularidades normativas na realização das atividades do Banco e, consequentemente, mitigar o risco de Compliance.

Dentre os Pilares do Programa de Compliance, o Canal de Denúncia passou por melhorias e adequações, para que funcionários, clientes e fornecedores denunciem atos suspeitos, mas condutas e/ou violações das políticas da empresa, de forma confidencial e anônima, caso desejado;

A divulgação do novo Código de Ética e Conduta Institucional enfatizando os preceitos que devem nor-tear todas as práticas de negócio do Banco em direção à ética e legalidade e estabelece, dentre outros tópicos, os direitos e obrigações de todos os funcionários e partes relacionadas da empresa;

O Due Diligence caracteriza-se por um robusto processo de avaliação prévia na realização de negócios com terceiros abrangendo a análise da estrutura societária, situação financeira, levantamento do histórico de práticas comerciais antiéticas ou que envolva riscos legais, e para construção inicial do pilar foi desenvolvido um treinamento para os Fornecedores Relevantes a respeito de Compliance, da Resolução 12.846, do Código de Ética e do Canal de Denúncias; Acaturamento interno por meio de Cartilhas sobre Compliance, treinamento presenciais, marketing inter-no do Código de Ética e Conduta foram realizados ao longo de 2018 pela área de Conformidade.

Quando a Prevenção à Lavagem de Dinheiro-PLD, a Instituição adota procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de PLD-FT e em boas práticas nacionais e internacionais, por meio de ferramentas de monitoramento, aplicação das políticas de Identificação de Clientes ("Conheça Seu Cliente" "Conheça Seu Parceiro", "Conheça Seu Funcionário" e "Conheça Seu Fornecedor"), treinamento adequado, bem como avaliação sobre a ótica de PLD de novos Produtos, Serviços e transações. Procedimentos estes que permitem o monitoramento e a identificação eficaz de operações atípicas sem justificar-tiva plausível, minimizando os riscos de utilização de seus produtos e serviços na prática de atividades ilícitas. Objetivando manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral.

Tendo em vista o aprimoramento contínuo de procedimentos para monitoramento, detecção e comunicação de operações suspeitas de lavagem de dinheiro, foi realizada a vinculação de saques com o provisionamento, quando aqueles forem maiores de R\$ 50mil, exigindo-se tempo mínimo de três (três) dias úteis da operação; criação de travas no Sistema de Padrão de Segurança - SPA para evitar tentativas de "burla nos sistemas" nas movimentações em espécie; customização no Sistema de Rastreamento de Capitais de Ori-gens Ilícitas - Sirci possibilitando ao analista identificar mais rápida e eficientemente a origem e o destino do recurso; e por ter sido um ano eleitoral, publicação interna de uma Cartilha de Prevenção à Lavagem de dinheiro com orientações diversas.

Ouvidoria

A Ouvidoria Banpará é um canal utilizado na prestação de atendimento aos clientes e usuários, a qual é acionada em razão dos demandantes não concordarem com as informações recebidas pelas unidades do Banco, preliminarmente demandadas, ou para ratificar as informações já recebidas no atendimento habitual das respectivas Unidades, cumprindo rigorosamente o prazo de resposta das demandas, de no máximo 10 dias úteis, Resolução CMN nº 4.433/2015, e de 20 dias corridos, conforme o Decreto Estadual nº 1.359/2015.

A unidade tem como objetivo dar o devido tratamento às manifestações dos demandantes, enquanto 2ª instância, sobre todos os assuntos demandados, na sua maioria, aos produtos e serviços prestados pelo Banco. Nesse sentido, atua ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial, transparente e célere, na busca por solução para os assuntos demandados, com respostas claras, objetivas e satisfatória, inclusive aplicando avaliação direta da qualidade do atendimento prestado, nos termos das resoluções vigentes.

Quando aos resultados das demandas, as julgadas procedentes e solucionadas, são objeto de análise mais detalhadas e submetidas à Alta Administração do Banco, por meio de proposições, que poderão resultar na correção ou reformulação de procedimentos e controles operacionais, contribuindo para o melhoramento dos processos de gestão.

A Ouvidoria do Banpará atua de acordo com os critérios normalizados pelo Órgão Regulador e objetiva dar cumprimento à Resolução CMN nº 4.433/2015, e alteração dada pela Resolução nº 4.629, do Conselho Monetário Nacional - CMN, às Cartas Circulares nº 3.778/2015 e nº 3.880/2018 do Banco Central do Brasil, a Instrução CVM nº 529/2012, ao Decreto Estadual nº 1.359/2015 e ao Ofício Circular nº 06, de 09/06/2016 - Gab/OG/PA - Ouvidoria do Banco do Estado, garantindo conquistas que refletem o comprometimento da Instituição Financeira, o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e bom relacionamento com a sociedade.

Sustentabilidade e Ações Sociais

Nosso comprometimento com a sustentabilidade está pautado em estratégias de gestão que visam o amadurecimento e o fortalecimento econômico, social e ambiental do estado.

Buscamos em nossas ações mitigar o risco socioambiental inerente aos nossos negócios, a fim de que nossa institui-

ção seja sustentável e esteja em harmonia com a sociedade, o meio ambiente e as práticas de mercado. Temos o compromisso de incentivar uma cultura mais consciente entre os funcionários e colaboradores, e para isso investimos em ações periódicas e divulgações diárias que disseminam o conceito socioambiental e o comprometimento do Banco na busca de melhores resultados considerando os indicadores de sustentabilidade. Nossas diretrizes socioambientais estão em consonância com as práticas de mercado e com as normatiza-ções dos órgãos reguladores. A Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA do Banpará foi atualizada e amplamente divulgada, atendendo à regulamentação do Conselho Monetário Nacional, constante na Resolução 4.327/2014, no que tange a ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

No que tange à normatização, diversas ações foram implementadas no âmbito da PRSA, objetivando garantir a diligência necessária diante dos riscos a que a Instituição está sujeita: Adrencia de políticas e manuais internos às diretrizes, com ênfase nas políticas de Risco de Liquidez, Mercado, Capital e de Ge-enciamento de Risco de Crédito; e elaboração e publicação da Política de Descarte de Resíduos Sólidos.

Cumprindo nossa responsabilidade de implantação e acompanhamento dos projetos e programas volta-ços à responsabilidade socioambiental, alinhados à missão do Banco, e visando contribuir com a coleta seletiva solidária, que promove a sustentabilidade das cooperativas de catadores no nosso estado, distri-buímos lixeiras seletivas de materiais recicláveis para todas as agências da capital e diversas agências do interior do estado. Foram coletados por meio da coleta seletiva mais de 12 toneladas de papel, plástico, e metal.

Mantemos a prática da Inclusão Social, por meio do Convênio com a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência - APPD, mantendo em seu quadro atual 76 colaboradores.

Doamos R\$ 272 mil nas parcerias com a Casa do Menino Jesus III, que acolheu no período 130 crianças e adolescentes de baixa renda vindos do interior do estado para tratamento de câncer, problemas cardíacos, renais e outros, e com o Espaço Nova Vida, que atua no tratamento a dependentes químicos.

Publicamos o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2017, conforme Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), e o conjunto de indicadores do setor financeiro, na opção Essencial da versão G4, como forma de valorizar a transparência e atender às diretrizes contidas na Política de Responsabilidade socioambiental - PRSA. Dessa forma, buscamos aperfeiçoar nossa expertise no processo da sustentabilidade, proporcionando vantagem competitiva e geração de valor à organização.

Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º, da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, os de Auditor-ria Externa.

Agradecimentos

As realizações alcançadas em 2018 são fruto da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará, agradece-mos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Brasilelino Carlos Assunção Sousa da Silva Diretor-Presidente			
Augusto Sergio Amorim Costa Diretor Administrativo	Eugenio Luis de Sousa Pessoa Diretor de Tecnologia		
Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo Diretora Financeira e de Produtos e Serviços Comerciais	Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Diretor Comercial e Fomento		

BALANÇO PATRIMONIAL RELATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)				
ATIVO	NOTA	31.12.2018	31.12.2017	
Circulante		4.009.985	4.208.343	
Disponibilidades	3	140.386	139.793	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	906.572	1.294.598	
Aplicações no mercado aberto		651.510	942.592	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		255.062	352.006	
Títulos e valores mobiliários	5	746.895	816.115	
Carteira própria		323.824	775.114	
Vinculados a compromisso de recompra		415.169	33.577	
Vinculados a prestação de garantia		7.902	7.424	
Relações interfinanceiras	6	363.022	177.198	
Pagamentos e recebimentos a liquidar		956	163	
Depósitos no Banco Central do Brasil		172.138	76.328	
Recolhimentos sobre depósitos de poupança - BACEN		189.928	100.707	
Operações de crédito	7	1.564.169	1.533.973	
Setor privado		1.641.593	1.612.770	
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(77.424)	(78.797)	
Outros créditos	8	283.329	241.030	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
RELATIVO AO 2º SEMESTRE DE 2018 E AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017					
(Em milhares de Reais)					
Eventos	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31.12.2016	691.762	127.293	11.573	-	830.628
Lucro do Período	-	-	-	259.035	259.035
Destinações:					
Aumento de Capital	138.866	(127.293)	(11.573)	-	-
Reserva Legal	-	-	12.952	(12.952)	-
Reserva Estatutária	-	181.324	-	(181.324)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(5.579)	(5.579)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(59.180)	(59.180)
Saldo em 31.12.2017	830.628	181.324	12.952	-	1.024.904
Saldo em 31.12.2017	830.628	181.324	12.952	-	1.024.904
Realização da Reserva Estatutária	-	(38.855)	-	-	(38.855)
Lucro do Período	-	-	-	130.693	130.693
Destinações:					
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(16.508)	(16.508)
Saldo em 30.06.2018	830.628	142.469	12.952	114.185	1.100.234
Saldo em 30.06.2018	830.628	142.469	12.952	114.185	1.100.234
Lucro do Período	-	-	-	177.631	177.631
Destinações:					
Reserva Legal	-	-	15.416	(15.416)	-
Reserva Estatutária	-	215.827	-	(215.827)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(3.117)	(3.117)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(57.456)	(57.456)
Saldo em 31.12.2018	830.628	358.296	28.368	-	1.217.292
Saldo em 31.12.2017	830.628	181.324	12.952	-	1.024.904
Realização da Reserva Estatutária	-	(38.855)	-	-	(38.855)
Lucro do Período	-	-	-	308.324	308.324
Destinações:					
Reserva Legal	-	-	15.416	(15.416)	-
Reserva Estatutária	-	215.827	-	(215.827)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(3.117)	(3.117)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(73.964)	(73.964)
Saldo em 31.12.2018	830.628	358.296	28.368	-	1.217.292

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
RELATIVO AO 2º SEMESTRE DE 2018 E AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017				
(Em milhares de Reais)				
	2º sem 2018	31.12.2018	31.12.2017	
Lucro Antes dos Impostos e Participações	290.145	567.755	411.754	
Ajustado por:				
Depreciação/Amortização	14.359	27.019	23.765	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80.637	170.111	138.094	
Reversão p/ Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.215)	(79.604)	(72.282)	
Constituição de Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	28.818	39.608	108.972	
Reversão de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(69.142)	(83.057)	(21.842)	
Provisão para outros créditos	1.540	4.386	1.271	
Provisão para desvalorização de outros bens	232	232	(123)	
Ajuste de marcação a valor de mercado – TVM	(818)	(285)	(1.064)	
Lucro Antes dos Impostos e Participações Ajustado	309.556	646.165	588.545	
Varição de Ativos e Obrigações	(337.433)	(761.154)	(216.882)	
Aumento / (Redução) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	126.449	96.944	297.537	
Aumento / (Redução) em Títulos e Valores Mobiliários	210.186	83.117	(233.814)	
Aumento / (Redução) em Operações de Crédito	(138.729)	(483.905)	(292.903)	
Aumento / (Redução) em Outros Créditos	(18.837)	(33.786)	(57.989)	
Aumento / (Redução) em Outros Valores e Bens	(222)	(208)	(662)	
Aumento / (Redução) em Relações Interfinanceiras/Interdependências	(60.211)	(188.964)	(94.235)	
Aumento / (Redução) em Recursos Aceites financeiras	87.693	91.620	32.441	
Aumento / (Redução) em Depósitos	(677.446)	(430.765)	967.657	
Aumento / (Redução) em Obrigações por Operações Compromissadas	295.930	381.131	(651.542)	
Aumento / (Redução) em Obrigações por repasse no País	345	226	(348)	
Aumento / (Redução) em Obrigações por Empréstimo	(514)	(666)	(311)	
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	(72.813)	(66.169)	(66.790)	
Impostos e contribuição social Pagos	(89.264)	(209.729)	(115.923)	
Fluxo Proveniente das Atividades Operacionais	(27.877)	(114.989)	371.663	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Alienação de imobilizado de Uso	233	438	224	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(17.481)	(29.827)	(31.595)	
Aplicação no Intangível	(30.244)	(39.389)	(24.250)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(47.492)	(68.778)	(55.621)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(52.183)	(106.722)	(64.758)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(52.183)	(106.722)	(64.758)	
Aumento / (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(127.552)	(290.489)	251.284	
Início do Período	919.448	1.082.385	831.101	
Fim do Período	791.896	791.896	1.082.385	
Aumento / (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(127.552)	(290.489)	251.284	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
RELATIVO AO 2º SEMESTRE DE 2018 E AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017				
(Em milhares de Reais)				
	2º sem 2018	31.12.2018	31.12.2017	
1 – RECEITAS	960.699	1.835.311	1.735.842	
Intermediação financeira	863.497	1.702.509	1.662.640	
Prestação de serviços	58.706	113.752	92.667	
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	27.025	(4.655)	(38.753)	
Outras	11.471	23.705	19.288	
2 – DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(200.072)	(415.040)	(512.717)	
Captação	(143.671)	(293.011)	(384.626)	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1)	(91)	(232)	
Despesas de Câmbio	(179)	(413)	(437)	
Títulos e valores mobiliários	(56.221)	(121.525)	(127.422)	
3 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(171.029)	(316.690)	(378.541)	
Materiais, energia e outros	(11.072)	(20.287)	(19.402)	
Serviços de terceiros	(131.489)	(262.366)	(248.834)	
Perda/recuperação de valores ativos	(28.468)	(34.037)	(110.305)	
4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	589.598	1.103.581	844.584	
5 – RETENÇÕES	(14.359)	(27.019)	(23.765)	
Amortização	(7.213)	(13.320)	(11.745)	
Depreciação	(7.146)	(13.699)	(12.020)	
6 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO	575.239	1.076.562	820.819	
7 – VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	575.239	1.076.562	820.819	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	575.239	1.076.562	820.819	
8.1 – Pessoal	236.962	409.393	316.759	
Remuneração direta	183.899	308.128	233.440	
Benefícios	44.033	84.044	67.922	
FGTS	9.030	17.221	15.397	
8.2 – Impostos, taxas e contribuições	151.664	341.648	229.257	
Federais	148.700	335.203	223.922	
Municipais	2.964	6.445	5.335	
8.3 – Remuneração de capitais de terceiros	8.982	17.197	15.768	
Aluguéis	8.982	17.197	15.768	
8.4 – Remuneração de capitais próprios	177.631	308.324	259.035	
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos	57.456	77.081	64.758	
Lucros retidos no período	120.175	231.243	194.277	
8.5 – Valor Adicionado distribuído	575.239	1.076.562	820.819	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará, e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, dos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consistindo em Balanço Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e das normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN. Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são: Resolução CMN nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1); Resolução CMN nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2); Resolução CMN nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24); Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1); Resolução CMN nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1); Resolução CMN nº 4.224/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1); Resolução CMN nº 4.534/16 – Intangível (CPC 04); Resolução CMN nº 4.535/16 – Imobilizado (CPC 27). Atualmente, não é possível estimar quando o CMN passará a adotar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 20 de fevereiro de 2019.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Desse modo, na preparação destas Demonstrações Contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 7 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito; Nota explicativa nº 15 – cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuárias; Nota explicativa nº 9 – determinação da vida útil econômica de determinados ativos; Nota explicativa nº 18 (b) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável; e Nota explicativa nº 12 (c) - reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros.

a. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

b. Moeda funcional

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em: I. Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período. Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

II. Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos "Títulos mantidos até o vencimento" em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento. Os rendimentos dos títulos, calculados pro-rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado.

O Banco, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão incluídos nas disponibilidades. Créditos com o FCVS – São créditos vinculados ao SFH que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CV5 pela STN. O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descausamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos, e os reajustes salariais. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CV5 a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecendo no rating que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito a. Por Tipo de Operação

	31.12.2018	31.12.2017
Operações de Crédito	4.201.279	3.805.298
Adiantamentos a Depositantes	265	1.411
Empréstimos	4.195.089	3.797.859
Outros Financiamentos	390	163
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.535	5.865
Outras rubricas	36.326	31.713
Títulos e Créditos a receber (Nota 8)	36.326	31.057
Operações de Câmbio	-	656
Total da Carteira de Crédito	4.237.605	3.837.011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(137.181)	(134.492)
Provisões constituídas	(136.243)	(133.660)
Outras rubricas	(938)	(832)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	4.100.424	3.702.519
Circulante	1.599.557	1.564.854
Realizável em longo prazo	2.500.867	2.137.665

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.12.2018	31.12.2017
Pessoa Física	4.234.817	3.831.443
Consignados	3.106.016	2.680.150
Banparacard	934.006	935.527
Cheque especial	1.471	3.640
Cartão de crédito	12.557	17.352
Sazonais	1.711	4.126
Outros	179.056	190.468
Pessoa Jurídica	2.788	5.568
Cheque empresarial	1.036	1.829
Capital de Giro	985	1.264
Outros	767	2.475
Total	4.237.605	3.837.011

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2018	31.12.2017
Parcelas Vencidas	-	4.042.219	10.002	23.861	7.390	8.722	18.696	14.053	59.321	4.184.264	3.777.421
Até 30 dias	-	188.048	982	1.426	757	596	1.436	699	3.477	197.421	194.948
31 a 60 dias	-	175.279	816	1.021	523	432	1.021	536	3.036	182.664	180.300
61 a 90 dias	-	159.530	658	924	483	382	832	490	2.709	166.008	163.398
91 a 180 dias	-	341.094	1.594	2.245	966	909	1.992	1.172	6.427	356.399	349.729
181 a 360 dias	-	696.729	2.150	3.895	1.355	1.531	3.441	2.215	10.770	722.086	696.518
Acima de 360 dias	-	2.481.539	3.802	14.350	3.306	4.872	9.974	8.941	32.902	2.559.686	2.192.528
Parcelas Vencidas	-	9.204	1.361	2.197	1.642	2.096	3.479	5.756	27.606	53.341	59.590
Até 14 dias	-	9.204	223	712	365	336	970	2.586	1.979	16.375	15.135
15 a 30 dias	-	-	1.138	647	157	232	220	169	471	3.034	5.442
31 a 60 dias	-	-	-	838	477	419	502	531	2.149	4.916	6.811
61 a 90 dias	-	-	-	-	643	545	520	556	2.346	4.610	6.464
91 a 180 dias	-	-	-	-	564	1.267	1.914	8013	11.758	11.758	13.050
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	12.643	12.643	12.679
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	9
TOTAL EM 31.12.2018	-	4.051.423	11.363	26.058	9.032	10.818	22.175	19.809	86.927	4.237.605	3.837.011
TOTAL EM 31.12.2017	-	3.581.618	13.981	89.761	16.529	10.726	23.457	12.634	88.305	-	3.837.011

d. Por Setores de Atividade

Setores	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor	%	Valor	%
Varejo Pessoas Físicas	4.229.316	99,80	3.825.635	99,70
Varejo Pessoas Jurídicas	2.364	0,06	5.348	0,14
Rural - Pessoa Física e Jurídica	5.535	0,13	5.755	0,15
Fomento - Pessoa Jurídica	390	0,01	273	0,01
Total	4.237.605	100,00	3.837.011	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	849	0,02	1.137	0,03
10 maiores devedores	6.906	0,16	7.448	0,19
20 maiores devedores	10.814	0,26	10.269	0,27
50 maiores devedores	21.046	0,50	21.660	0,56
100 maiores devedores	35.934	0,85	35.089	0,91
Demais devedores	4.162.056	98,22	3.761.408	98,03
Total	4.237.605	100,00	3.837.011	100,00

7.2. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa a taxas que variam entre 0,5% e 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do período	(133.660)	(145.832)
Provisões constituídas	(170.116)	(138.094)
Reversões de provisões	79.604	72.282
Valores baixados ou compensados com créditos	87.929	77.984
Saldo final do período	(136.243)	(133.660)
Outros créditos - Saldo no início do período	(832)	(1.364)
Provisões constituídas	(633)	(572)
Reversões de provisões	527	1.104
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa c/car. concessão (Nota 8)	(938)	(832)
Saldo final do período	(137.181)	(134.492)
Circulante	(78.362)	(79.629)
Realizável em longo prazo	(58.819)	(54.863)

7.3. Movimentação da Carteira de renegociação

Contas	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do período	125.878	130.134
Renegociação	59.540	55.876
Recebimentos	(60.918)	(44.067)
Baixas	(8.802)	(16.065)
Saldo final do período	115.698	125.878
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	43.622	47.027
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	37,70%	37,36%

7.4. Rendas de Operações de Crédito

Contas	2º sem 2018	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamento a depositante	220	690	746
Empréstimo	745.014	1.445.576	1.369.774
Financiamento com interveniência	22	23	8
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	14.254	27.900	19.983
Financiamentos rurais	156	330	964
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	21	58	160
Total	759.687	1.474.577	1.391.635

8. Outros Créditos

Contas	31.12.2018	31.12.2017
Circulante	283.329	241.030
Carteira de câmbio	-	670
Créditos a receber	2.368	964
Serviços prestados a receber	2.368	964
Créditos diversos	289.670	243.842
Adiantamento e antecipações salariais	4.278	4.387
Adiantamento para pagamento	95.618	66.907
Crédito tributário - IR/CSLL (a)	22.011	29.186
Devedores por depósitos em garantia (b)	73.151	55.261
Imposto e contribuições a compensar	772	181
Pagamentos a ressarcir	1.255	831
Título e crédito a receber (c) (Nota 7.1)	36.326	31.057
Devedores diversos - País (d)	55.809	56.032
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(8.709)	(4.446)
Com caract. de concessão de créditos - BANPARÁ Mastercard (7.2)	(938)	(832)
Sem características de concessão de créditos (e)	(7.771)	(3.614)
Realizável em longo prazo	239.506	252.405
Créditos diversos	239.506	252.405
Crédito tributário - IR/CSLL (a)	239.506	252.405
Total	522.835	493.435

(a) Os ativos fiscais diferidos de IR e CSLL no montante total de R\$ 261.517 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 281.591 em 31 de dezembro de 2017) foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota 18(b).

(b) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal. Os valores estão demonstrados na Nota 12(c). O aumento corresponde a novos depósitos e a atualização dos depósitos judiciais existentes.

(c) O saldo de Título e Crédito a Receber - Com Característica de Concessão de Crédito - BANPARÁ Mastercard/ Cartão BANPARÁ no valor de R\$ 36.326 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 31.057 em 31 de dezembro de 2017) estão assim distribuídos:

Contas	31.12.2018	31.12.2017
BANPARÁ Mastercard	33.087	29.308
Valores a faturar	4.980	4.350
Faturados a receber	9.862	7.523
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	18.245	17.433
Cartão BANPARÁ	3.239	1.749
Parcelado sem juros	3.239	1.749
Total	36.326	31.057

(d) O montante de Devedores Diversos - País compreende ao subtitulo Transitória de Consignados, com saldo de R\$ 55.809 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 56.032 em 31 de dezembro de 2017), e registra os valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(e) O saldo de Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Sem características de concessão) no valor de R\$ 7.771 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.614 em 31 de dezembro de 2017).

Contas	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do período	3.614	1.851
Provisões constituídas	24.552	6.339
Reversões de provisões	(13.033)	(2.928)
Valores baixados ou compensados com créditos	(7.362)	(1.648)
Saldo final do período	7.771	3.614

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. O intangível é composto basicamente por softwares, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

IMOBILIZADO DE USO	Taxa anual	Saldo líquido	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido
		31.12.2017					31.12.2018
Móveis e equip. estoque	-	1.243	38	-	(1.036)	-	245
Imobilizações em cursos	-	19.743	6.796	-	(6.097)	-	20.442
Imóveis em uso	4	8.441	-	(232)	6.097	(326)	13.980
Móveis e Equip. de Uso	10	9.935	1.693	(22)	-	(1.620)	9.986
Sistema de comunicação	20	5.276	856	(1)	-	(772)	5.359
Sist. proc.dados/Equipam.	20	21.948	19.004	(116)	1.036	(10.152)	31.720
Sistema de segurança	10	4.434	1.440	(67)	-	(785)	5.022
Sistema de transporte	20	24	-	-	-	(22)	2
Total		71.044	29.827	(438)	-	(13.677)	86.756

INTANGÍVEL	Taxa anual	Saldo líquido	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo líquido
		31.12.2017					31.12.2018
Intangível / Software	20	31.415	25.396	-	214	(13.320)	43.705
Intangível em curso	-	55.134	13.993	-	(214)	-	68.913
Total	20	86.549	39.389	-	-	(13.320)	112.618

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	31.12.2018	31.12.2017
Circulante	3.462.252	4.186.381
Depósitos à vista	510.362	642.204
Depósitos do público	251.678	227.191
Depósitos de instituições financeiras	417	402
Depósitos vinculados	6.602	6.862
Depósitos de Governo	251.666	407.749
Depósitos a prazo	1.651.406	2.105.549
Depósitos de poupança	981.999	880.562
Depósitos interfinanceiros	518.485	558.066
Exigível a longo prazo	1.554.279	1.260.915
Depósitos a prazo	1.554.279	1.260.915

avaliar a prospecção quanto aos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações, com intuito de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento orçamentário quanto as condições de mercado. Dessa forma, as posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem são informadas à Alta Administração tempestivamente via relatórios de riscos.

Após o quarto trimestre de 2018 o Banpará apresentou estabilidade quanto ao seu risco de liquidez, tendo em vista que os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram elevados, proporcionando tranquilidade para honrar saídas inesperadas de recursos em eventuais cenários de estresse.

Gerenciamento de Capital:
O Gerenciamento de capital é definido pela Resolução CMN nº 4.557/2017 como processo contínuo:
I- monitoramento e controle do capital mantido pela instituição,
II- avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e,
III- planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Estrutura de Gerenciamento de Capital
A estrutura de gerenciamento de capital do Banco do Estado do Pará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo às recomendações do Comitê de Basileia, assim como aos demais órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para execução de suas atividades.
O gerenciamento de Capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração – CONSAD, pela Diretoria de Controle, Risco, Planejamento e Relações com Investidores – Dirci, pelo Comitê de Planejamento e Orçamento, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos – Nuple, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, e por todas demais unidades envolvidas no processo. Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- Programa de Teste de Estresse;
- Plano de Contingência de Capital;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais e anuais) sobre a adequação do capital e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Os processos, procedimentos e sistemas para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital, são reavaliados, no mínimo, anualmente.

Análise de Resultado de Capital no Semestre
Em relação à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, cujo valor espelha a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o 4º Trimestre de 2018 com índice de **24,92%** bem acima do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência, que corresponde à aplicação do fator F ao montante total do RWA de 10,5%, considerando que para os Adicionais de Capital Principal, o Banpará não calcula **ACPRessor** por não se enquadrar no Fator Anual de Importância Sistêmica - FIS (0,5%), para o **ACPConservação** o cálculo não é necessário em decorrência do fator multiplicador do Bacen (**ACPRessor**) ser igual a zero. Diante disso, o Banpará adiciona apenas 1,875% do **ACPConservação**.

ÍNDICE DE BASILEIA	31.12.2018	31.12.2017
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	1.104.674	956.372
Nível I	1.104.674	956.372
Capital Principal	1.104.674	956.372
Capital Complementar	-	-
Nível II	-	-
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	4.432.336	4.106.503
Exposição ao Risco de Crédito - RWA/CAPAD	3.915.309	3.664.850
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas - RWA/JUR1	8.764	10.059
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Índices de Preços - RWA/JUR3	3.914	4.122
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWA/CAM	9.874	3.970
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RWA/ACS	1.943	2.508
Exposição ao Risco Operacional - RWA/OPAD	492.532	420.994
Risco Banking - RBAN	102.114	44.611
Valor da Margem com RBAN	620.271	531.910
ÍNDICE DE BASILEIA BANPARÁ - IB	24,92%	23,29%

ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	31.12.2018	31.12.2017
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	83.106	51.335

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no site: www.banpara.br, na rota: O BANPARÁ/Relação com Investidores/ Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos.

15. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

15.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da Previdência social, cuja administração é efetuada pela Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco (CAFEBP), entidade fechada de previdência privada. Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefício denominado Pre-Renda, estruturadas na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Pre-Renda. Os planos de benefícios de complementação de aposentadoria são os seguintes:

a. Plano Básico de Benefício Definido (BD)
Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio-reclusão. A partir da implantação do plano de benefícios denominado Pre-Renda, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado em extinção, não recebendo novas inscrições.
Por meio da Portaria nº 802, de 20/08/2018 (DOU de 23/08/2018), foi autorizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) a retirada de patrocínio do Banco do Estado do Pará S/A (Banpará) junto ao mencionado plano de benefícios. O Banco em 31 de outubro de 2018, apertou o valor de R\$ 3.127 e em 20 de novembro de 2018 o valor complementar de R\$ 2, quitando seus compromissos em relação ao plano. O valor apertado foi apurado em conformidade com as regras previstas no Termo de Retirada. Eventuais insuficiências serão apuradas por ocasião da Data Efetiva, apenas se houver algum fato superveniente, o que até 31 de dezembro de 2018 não ocorreu.

b. Plano Pre-Renda de Contribuição Definida (CD)
Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Pre-Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- Renda temporária;
- Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo ou outro patrocinado;
- Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- Pecúlio por morte ou por invalidez.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo:

	31.12.2018	31.12.2017
Participantes ativos		
Quantidade	1.212	1.174
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	7.785	7.278
Participantes assistidos		
Quantidade	95	106
Idade média (anos)	70	70
Benefício médio (R\$)	1.388	4.630
Pensionistas		
Quantidade	37	51
Idade média (anos)	55	55
Benefício médio	976	3.079

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 Geracional Escala AA, por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA 1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas econômicas

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 4,78% a.a.; correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/08/2024, selecionada em função do resultado do *duration* do passivo.
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 9,56% a.a., composta pela estimativa de inflação anual 4,24% a.a. e pela taxa anual de juros (5,10% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2017.
- Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 9,56% a.a.; composta pela estimativa de inflação anual (de 4,24% a.a.) e pela taxa anual de juros (de 5,10% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2017.
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 1,70% a.a.;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 98,14%;
- Fator de capacidade para benefícios: 98,14%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,24% ao ano (expectativa de inflação usada nos estudos de aderência enviados pela entidade responsável pela gestão do plano de benefícios);
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: Os valores foram reajustados pela variação do INPC de dezembro de 2017 a novembro de 2018 (3,56%).

iii) Outras Premissas

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

15.2. Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios
A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2015 e Resolução CMN 4.424/2015, conforme demonstrado a seguir:

a. Plano de Contribuição Definida (PREVRENDA - CD)
Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em cotas, sendo reajustado pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano Pre-Renda está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições, que complementará o saldo da cota do participante, objetivando a concessão desses dois benefícios de risco. O valor calculado pelo artigo 25 do Regulamento do Plano Pre-Renda foi avaliado em R\$ 556 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 496 em 31 de dezembro de 2017), integralmente coberto pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), cujo saldo na mesma data é de R\$ 1.574 (R\$ 1.368 em 31 de dezembro de 2017). Desta forma, a diferença entre o valor do fundo de risco e o valor da obrigação atuarial resulta no superávit atuarial de R\$ 1.018 (R\$ 872 em 31 de dezembro de 2017), não havendo, por consequência, necessidade de provisionamento pelo Banco de passivo, relativo a este plano de benefícios, nesta reavaliação.

15.3. Plano de saúde
O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei n. 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa n. 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93. O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta, o Banco, somente, custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários for insuficiente para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$1.793,20	2,50%
2	De R\$1.793,21 a R\$2.236,16	3,00%
3	De R\$2.236,17 a R\$3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 3.750/09, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias, praticadas no mercado, que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, substancialmente nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com o Banco.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário. As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFEBP para o incentivo dado pelo Banco para a migração do plano de aposentadoria dos funcionários. As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Estado do Pará	1.445.409	2.082.371
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	231.331	394.776
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	1.214.078	1.687.595

Caixa de previdência e assistência dos funcionários do Banpará - CAFEBP	25	3.079
Depósitos à vista	25	47
Obrigações sociais e por convênio (Nota explicativa nº 15.2 a / 15.2 c)	-	3.032

Anualmente, e na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social. No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	31.12.2018	31.12.2017
Remuneração	2.002	1.922
Diretoria	1.464	1.619
Conselho de Administração	538	303
Participação nos Lucros e resultados	244	279
Administradores	244	279

O Banco não concede empréstimos a seus diretores e membros de seu Conselho de Administração, tendo em vista que essa prática é proibida a todas as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil. O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

17. SEGUROS
O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 252.106 (R\$ 220.570 em 31 de Dezembro de 2017), sendo determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

18. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO

a) Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

DESCRIÇÃO	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	415.633	525.874	320.563	378.374
Juros s/Capital Próprio	(73.964)	(73.964)	(59.180)	(59.180)
Base de Cálculo	341.669	451.910	261.383	319.194
Adições (Exclusões)	105.559	(4.926)	164.388	106.576
Base de Cálculo	447.228	446.984	425.771	425.770
Alíquota Normal (15% e 20%)	67.084	89.397	63.866	85.154
Adicional do Imposto de Renda (10%)	44.699	-	42.553	-
IR e CSLL Devolvidos	111.783	89.397	106.419	85.154
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(2.683)	-	(2.555)	-
Incentivos Fiscais	(531)	-	(350)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(490)	-	(276)	-
IR e CSLL a Pagar	108.079	89.397	103.238	85.154

Conforme Medida Provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 2015, a alíquota da CSLL passou a ser de 20% no período compreendido entre 1º/09/2015 e 31/12/2018.

b) Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativos
O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças tributárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 261.517, relativo às diferenças temporárias de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e provisões judiciais trabalhistas, ativas em 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 15% de CSLL sobre a base de Operações para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contingências Judiciais.
O procedimento de baixas dos créditos registrado no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa será realizado com base nas Perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidos no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.
Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social
As provisões que seriam de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de dezembro de 2018:

Créditos Tributários	31.12.2017		31.12.2018	
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	168.199	30.640	-	168.969
Diferença Temporária - CSLL	113.392	3.052	(23.896)	92.548
Total	281.591	33.692	(53.766)	261.517

Créditos Tributários	31.12.2016		31.12.2017	
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	133.324	47.894	(13.018)	168.200
Diferença Temporária - CSLL	86.049	37.757	(10.415)	113.391
Total	219.373	85.651	(23.433)	281.591

Até 31 de dezembro de 2018, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 261.517 (R\$ 281.591 em 31 de Dezembro de 2017) de Ativos Fiscais Diferidos - Diferença Temporária, provenientes de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contingências Judiciais, sendo que R\$ 53.766 foram realizados ao longo do exercício.

Créditos Tributários	31.12.2017		31.12.2018	
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária-PCLD	227.662	27.323	(26.153)	228.832
Diferença Temporária-Trabalhista	53.929	6.369	(27.613)	32.685
Total	281.591	33.692	(53.766)	261.517

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabeleçam a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contingências Judiciais:

Projeção de realização	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2028	Total
Crédito Tributário de IR	(14.222)	(15.081)	(15.994)	(16.964)	(17.996)	(88.713)	(168.970)
Crédito Tributário de C. Social	(7.789)	(8.260)	(8.760)	(9.292)	(9.857)	(48.589)	(92.547)
Total dos créditos	(22.011)	(23.341)	(24.754)	(26.256)	(27.853)	(137.302)	(261.517)
Taxa média de captação a.a. (%)	5,47	6,21	6,46	6,54	6,61	-	-
Valor presente do crédito tributário	(19.320)	(19.244)	(19.156)	(19.059)	(18.955)	-	-

b) Ativos fiscais diferidos não registrados
Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2018 totalizavam R\$ 13.086 (R\$ 37.644 em 31 de Dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2017		31.12.2018		Ativo Fiscal Diferido
	Saldo	Reverso	Constituição	Saldo	
Provisão para Créditos em Liquidação	21.741	(1.697)	-	20.043	8.017
Provisão para Passivos Trabalhistas	2.615	(3.868)	-	(1.253)	(501)
Provisão para Ações Cíveis	8.278	(746)	-	7.532	3.013
Provisão para Riscos Fiscais	3.502	-	1.151	4.653	1.861
Provisão para Outros Valores e Bens	1.508	-	232	1.470	696
Total das Adições Temporárias	37.644	(6.311)	1.383	32.715	13.086

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

19.1. Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2º sem 2018	31.12.2018	31.12.2017
Recuperação de encargos e despesas	172	349	262
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.372	5.071	4.516
Atualização monetária de valores ativos	21	32	96
Outros Créditos em Liquidação	16.531	20.395	1.676
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	604	805	292
Provisão Ferias, 13 Salário e Lic. Prêmio	3.850	7.186	6.488
Ações Judiciais	69.142	83.057	21.842
Outros	177	364	1.525
Total	92.869	117.259	36.697

Outras despesas operacionais	2º sem 2018	31.12.2018	31.12.2017
Carteira imobiliária	(5)	(12)	(14)
Despesas de desc. Concedidos em renegociações.	(92)	(101)	(20)
Despesa atualização de impostos e contribuições	(7)	(14)	(541)
Atualização ações judiciais	(27.627)	(37.592)	(107.180)
Ações judiciais	(1.294)	(2.219)	(1.252)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	-	(4.940)
Variação de dif. Tx - disponib. em moeda estrangeira	(686)	(1.262)	(1.221)
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras	(406)	(652)	(350)
Outros créditos	(124)	(124)	(41)
Despesas de Outros créditos de liquidação	(17.968)	(24.551)	(3.439)
Outras	(645)	(1.534)	(4.592)
Total	(48.854)	(68.061)	(123.590)

19.2. Resultado não operacional

Outras receitas (despesas) não operacionais	2º sem 2018	31.12.2018	31.12.2017
Desvalor			

mas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 20 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 15P206103/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO 2º SEMESTRE DE 2018.

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará é um órgão estatutário e foi instalado pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2018, empossado em 26 de abril de 2018, conforme ata disponível no website do Banpará. O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia, regido pela Lei nº 13.303/16, Código Brasileiro de Governança Corporativa, Estatuto Social do Banpará e seu Regimento Interno.

Atualmente o referido Comitê é formado por 03 (três) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, com uma coordenadora, a qual é membro externo independente do Conselho de Administração do Banpará.

O Comitê tem a competência de avaliar a efetividade dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos Controles Internos, Compliance e da Gestão de Riscos, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banpará, além de regulamentos e códigos internos, bem como avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Auditoria Interna e recomendar à Diretoria do Banco, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. Compete também ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações contábeis da instituição.

As revisões do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo Gerenciamento dos Controles Internos e de Riscos, além de suas próprias análises.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis do Banpará, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos. A KPMG Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banpará, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a legislação societária brasileira e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Atividades Desenvolvidas

Após a eleição e posse dos membros, a primeira reunião do Comitê de Auditoria foi em 30 de abril de 2018. Os membros do Comitê se reuniram 10 vezes no ano de 2018. No 2º semestre de 2018 foram realizadas 06 reuniões e mais 03 reuniões em 2019, totalizando 09 reuniões para validação das atividades referentes à revisão das atividades do exercício social, findo em 31 de dezembro de 2018, conforme atas disponíveis no website de Banpará.

Ao longo do 2º semestre de 2018 e com o principal objetivo de conhecer a estrutura, atividades, controles e os profissionais, o Comitê se reuniu com diversas áreas do Banco: Auditoria Interna, Cobrança e Recuperação de Crédito Comercial, Jurídica, Prevenção de Lavagem de Dinheiro - PLD e Anticorrupção, Ouvidoria, Gestão de Riscos Financeiros, Gestão de Risco Operacional Continuidade de Negócios, Controle Interno e Compliance, Prevenção e Combate à Fraude, Projetos Comerciais Estratégicos, Contabilidade, Orçamento e Controladoria, Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, Tecnologia da Informação, Relações com Investidores, Diretoria Colegiada, Auditoria Independente, KPMG e com o Conselho fiscal.

Cabe destacar que no dia 12 de fevereiro de 2019 o Comitê se reuniu com a Auditoria Independente, KPMG, onde apreciou e discutiu as demonstrações contábeis, findadas em 31 de dezembro de 2018, conforme ata disponível no website do Banpará. Dentre as áreas que interagiram com o Comitê de Auditoria, vale destacar algumas áreas/atividades:

Auditoria Interna: O Comitê apreciou o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, bem como solicitou que fossem priorizados os trabalhos de maiores riscos, oriundos de exigências regulatórias. O Comitê também acompanhou o status dos planos de ação em atraso. Adicionalmente, revisou a Política Institucional de Auditoria Interna, e recomendou a aprovação pelo Conselho de Administração, após considerações e ajustes solicitados. **Controle Interno e Compliance:** O Comitê analisou o Programa de Compliance do Banpará, e fez algumas recomendações para melhorar a eficiência do canal de denúncias. Os membros do Comitê recomendaram que o Banco participasse do processo de avaliação do selo Pró-Ética, reconhecimento promovido pela Controladoria Geral da União - CGU, com objetivo de fortalecer ainda mais o Programa de Compliance do Banco.

Gestão de Risco Financeiro: O Comitê apreciou os Riscos Financeiros identificados para o Banpará, bem como os fatores para acionamento dos planos de contingência e também os indicadores de risco referentes aos últimos três meses de 2018.

Produtos de Crédito e Serviços Comercializados pela Instituição: O Comitê apreciou os projetos de novos produtos, bem como o status de desenvolvimento cada um. Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário enfatizaram a importância de se realizar o monitoramento do investimento versus retorno esperado, bem como o acompanhamento da rentabilidade de cada produto e serviços comercializados pelo Banpará. Ressaltou também a importância do Banco continuar investindo em tecnologia e inovação, com o objetivo de melhorar o ambiente de controle e manter a competitividade no mercado.

Contabilidade, Orçamento e Controladoria: Os membros do Comitê receberam previamente as informações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. referentes ao 2º semestre, findo em 31 de dezembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 6 meses findo em 31 de dezembro de 2018, incluindo as notas explicativas. **Auditoria Independente:** O Comitê revisou a Política de Contratação de Auditoria Independente, fez algumas considerações e recomendou a aprovação pelo Conselho de Administração. A Auditoria Independente, KPMG, apresentou os principais trabalhos realizados para o período analisado e para as demonstrações contábeis do Banco do Estado do Pará - Banpará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Na opinião da Auditoria Independente, KPMG, as demonstrações contábeis acima referidas apresentaram-se adequadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Planejamento Estratégico: O Comitê apreciou o planejamento estratégico do banco, bem como as ações em andamento para cumpri-lo. Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD recomendaram a criação de um Mapa de Risco Controlado com planos de ação definidos para mitigar cada risco. **Educação continuada:** No tocante a educação continuada do Comitê de Auditoria Estatutário, os membros participaram de diversos congressos, seminários e cursos relacionados às suas áreas de competência, totalizando 168 horas no ano de 2018, com recursos próprios, em virtude da sua necessidade de atualização.

Conclusões

O Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, não garantissem a fidelidade de suas demonstrações contábeis, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente.

Com base nas atividades desenvolvidas, e informações recebidas e diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação o Comitê, entende que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as reuniões periódicas com a Contabilidade, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário, concluir que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria, conclui que as demonstrações contábeis para o 2º semestre encerrado em 31 de dezembro de 2018 são adequadas e recomenda a aprovação do Conselho de Administração do Banpará.

Belém/PA, 20 de fevereiro de 2019.

TEREZA DELTA DOS SANTOS SERRÃO DE CASTRO

Coordenadora do Comitê de Auditoria e membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS

Membro do Comitê de Auditoria

SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO MACIEL

Membro do Comitê de Auditoria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revimos as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2018 do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 20 de fevereiro de 2019

Diretoria Colegiada

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018 do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 20 de fevereiro de 2019

Diretoria Colegiada

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondente ao período findo na data, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório de Desempenho, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 21 de fevereiro de 2019

Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V. do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independente KPMG - Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, e com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição.

Belém (PA), 21 de fevereiro de 2019

Conselho de Administração

Conselho de administração
Aláudio de Oliveira Mello Júnior Presidente
Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva Membro
Augusto Sérgio Amorim Costa Membro
Tereza Delta dos Santos Serrão Membro
José Carvalho de Melo Filho Membro
Brian Bechara Ferreira da Silva Membro
Lenise Lima Serra Membro
Diretoria Colegiada
Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva Diretor Presidente
Augusto Sérgio Amorim Costa Diretor
Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Diretor
Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo Diretora
Eugênio Luis de Sousa Pessoa Diretor
Conselho Fiscal
Adélia Maria Macedo Monteiro Membro
José Maria Tavares Teixeira Membro
Raimundo Benedito Pinheiro Membro
Cloaldo César Moraes das Chagas Contador CRC (PA) nº 10.491/O-0